

OBSERVATÓRIOS E NÚCLEOS DE PESQUISA E EXTENSÃO FOCADOS EM SITUAÇÕES DE CONFLITO AGROAMBIENTAIS RURAIS E AS LUTAS POR TERRA

Ana Maria Motta Ribeiro¹
Hugo Belarmino de Moraes²
Maria José Andrade de Souza³

RESUMO

Pretende-se aproveitar o espaço deste Simpósio para abrir uma discussão acadêmico-militante derivada da expertise dos pesquisadores para integração de atuações de apoio intelectual junto à movimentos sociais organizados em situações de conflito para revelar, dar evidência e facilitar um lugar de registro e de encaminhamento das lutas na perspectiva dos subalternizados. Interessa-nos pensar e intercambiar metodologias e sistematizar o trabalho produzido e apoiado por parte da assessoria educacional ou de advocacia popular na forma de Observatórios ou Núcleos, para buscar, posteriormente, provocar uma articulação latino-americana em rede que possa reunir essas experiências. A compreensão histórica, social e pedagógica com que Edward Thompson interpreta a formação da classe a partir das experiências vivenciadas em cada situação datada e localizada de luta se articula na importância de se aprender a ouvir e a registrar a fala do homem simples ou comum. Assumindo, assim, como ênfase ou pressuposto a agência humana que vivencia processos de subalternização em situações de disputa e confronto com a apropriação da natureza no mundo rural - ou de definição de territorialidades no meio urbano - delimita-se aqui como de interesse deste trabalho a abertura para reconhecimento de novos recortes e ferramentas metodológicas que possam ampliar a discussão sobre a validade e viabilidade da articulação de pesquisadores, extensionistas e seus núcleos de trabalho, que participem de situações de conflito.

Palavras-chave: Observatórios - Lutas por terra e território - Conflitos socioambientais - Sociologia Rural e Ambiental - Questão agrária

¹ Professora Associada do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais da e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito - PPGSD na Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenadora do Observatório Fundiário Fluminense - OBFF.

² Professor Assistente do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutorando em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense. Integrante do Observatório Fundiário Fluminense (OBFF) e idealizador do Observatório Fundiário e Ambiental da Paraíba. Advogado Popular.

³ Professora Substituta do curso de Direito da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Doutoranda em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense. Integrante do Observatório Fundiário Fluminense (OBFF).

INTRODUÇÃO

Relembrando as reflexões trazidas por Carlo Ginzburg no Prefácio de *O queijo e os vermes*, é um desafio e ao mesmo tempo uma necessidade conseguir recontar de uma forma plausível e rigosa as narrativas das classes subalternizadas, fugindo, por um lado, de uma perspectiva de totalidade vazia e, em geral, autoritária mas sem cair também no fascínio do exótico e do incompreensível. Considerando-se a enorme escassez de registros públicos sobre a realidade vivida por pessoas comuns e empobrecidas em suas próprias versões e a ausência real de meios de produção, guarda e divulgação formal de registros dos processos históricos que colocam em relevo a sua ação social a partir da experiência e da percepção dos subalternizados, emerge com vigor a relevância de se recuperar essas experiências tanto para pesquisadores quanto para os próprios atingidos (GINZBURG, 2006, Prefácio).

Esta necessidade ocorre principalmente dentro de processos nos quais buscam direitos e reconhecimento através das lutas que travam para poder aparecer na cena social e publicizar suas histórias e versões, para evitar a falsa aparência de que a História Humana é feita apenas pelas elites e donos do poder.

Essas dificuldades de registro representam, efetivamente, um fato que torna invisível e interdita uma presença mais completa e concreta da sociedade real, formando uma explicação empiricamente equivocada - posto que parcial - e uma revelação ideologizada como produto apenas das classes dominantes e dos interesses portados pelas relações de dominação em curso em cada época.

Tais fatos reforçam uma espécie de “apagamento sociológico”, que termina por reduzir a importância e o lugar desses segmentos - em especial os aqui destacados no mundo rural - e, no limite, representa a negação do sentido e da eficácia de suas lutas as quais, paradoxalmente, também formam uma parte essencial dos resultados históricos que definem concretamente a vida social moderna burguesa.

Esse fenômeno - decorrente em geral do poder instituído pelo domínio dos meios de produção e reprodução de registros - tende formação de um erro crônico, ao tomar *os vitoriosos* dos diferentes e diversos embates entre as classes como *os únicos* representantes do movimento de criação da realidade e assim da suposta verdade.

Definitivamente, a presença e a relevância das pessoas comuns e de suas lutas na produção da história e formas de organização crítica de seus interesses precisam ser resgatados, reconhecidos e partilhados, sobretudo entre os produtores de conhecimento teórico-crítico e entre os membros de movimentos sociais organizados, em especial as narrativas atravessadas pelos conflitos que caracterizam a própria luta por sobrevivência, para manutenção de modos de vida tradicional, para garantia de terra e território, etc.

São estes princípios que atuam como diretrizes deste ensaio, em formato ainda aberto decorrente da intenção dos autores de aproveitar o espaço do Encontro de Redes Rurais para abrir uma discussão acadêmico-militante com a finalidade de integrar atuações de apoio intelectual junto à movimentos sociais organizados em situações de conflito e que interagem de alguma forma com a Academia.

Este texto é, portanto, uma sistematização das ideias-chave que visam a reunir diferentes grupos de cuidadores, guardadores ou acumuladores de acervos gerados em situações de conflito que são, ao mesmo tempo, produtores de novas informações críticas emergentes desses processos a contrapelo.

Trata-se, outrossim, de um texto em construção a várias mãos, que é apresentado agora muito mais em forma de ensaio, como produto de alguns encontros já realizados, de forma a “apresentar-se” ao debate e provocar o encontro coletivo sem pretender qualquer fechamento teórico ou metodológico em termos conceituais e/ou políticos. Decorre das atividades planejadas para constituição de uma rede de observatórios e/ou núcleos de pesquisa e extensão focados em situações de conflitos agroambientais, de forma que espera-se apreender e descobrir as diferentes estratégias de atuação/intervenção ligadas ao tema, notadamente ligadas às experiências que interligam ensino-pesquisa-extensão em Universidades e que buscam trabalhar empiricamente com a experiência social dos subalternizados.

Por meio do debate coletivo, espera-se abrir caminhos concretos para a problematização dessa realidade e a troca de experiências que já vêm sendo desenvolvidas no Brasil e na América Latina, reunindo a energia, informações e perspectivas necessárias à invenção de novas e criativas metodologias para a prática da recuperação e da anotação sistemáticas assim como a possibilidade de intercâmbio de acervos dentro de um processo que seja objetivo, científico e juridicamente útil para as lutas sociais.

2. O que são Observatórios e quais seus objetivos? Qual sua relação com as lutas pelas terra/território?

Em alguns ambientes do mundo acadêmico, do setor não-governamental e em agências vinculadas a entidades de classe têm sido criadas algumas estruturas que se constituem em formato de Observatórios ou Núcleos, servindo de apoio logístico e de ferramenta de sustentação e de reflexão às lutas sociais. Estes espaços têm conseguido produzir conjuntos expressivos de informações e dados sobre a problemática rural, urbana, étnica, de classe e de gênero e se constituem a partir de diferentes concepções teórico-metodológicas e de sociedade.

Academicamente, poderíamos afirmar que os Observatórios são núcleos de formação em pesquisa e/ou extensão que pretendem reunir diferentes grupos de cuidadores, guardadores ou acumuladores de acervos gerados em situações de conflitos que são, ao mesmo tempo, também produtores de novas informações críticas emergentes destes processos a contrapelo. Nas universidades esses conteúdos atualizam o ensino, principalmente em nível de pós-graduação *stricto sensu*, fato que configura a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Assumindo como ênfase as agências humanas que vivenciam processos de subalternização no contexto de situações de disputa quanto às alternativas de apropriação da natureza no mundo rural - ou de definição de territorialidades no meio urbano - aos observatórios interessa a abertura para reconhecimento de novos recortes metodológicos e de ferramentas que possam ampliar a discussão sobre a validade e viabilidade da articulação de pesquisadores, extensionistas e seus núcleos de trabalho que também tem foco em formas de intervenção, monitoramento ou formação de quadros para a luta, com interesses defensivos entre os sujeitos sociais atingidos, sejam eles já organizados em movimentos sociais ou em segmentos sociais em processo de organicidade. O central desta preocupação, a nosso ver, é a existência e a complexidade das situações de conflito.

É possível pensar, portanto, nas atuações em grupo que podem ser definidas como de pesquisa-ação ou como assessorias e intervenção de apoio dentro de situações de conflito, como por exemplo as assessorias de tipo educacional ou jurídica popular. Como já afirmamos, outra dimensão seria a da abertura de formas de intercâmbio entre acervos e grupos de observatórios e núcleos dado que as narrativas e a história oral do sujeito social em situação de conflito é profícua para abrir a emergência de explicações em geral sufocadas pelo silenciamento ideologicamente construído.

O acervo dos Observatórios via de regra servem para evidenciar o processo de construção de estratégias de defesa, tanto no campo das idéias como no campo das ações mais diretas. A sistematização que decorre do acompanhamento dessas situações de conflito, abre novas possibilidades de diálogo em efetiva alteridade, onde as experiências dos subalternizados encontram-se delimitadas pelas atuações em cada caso de conflito e simultaneamente reunidas enquanto acúmulo teórico-prático e político.

Assim, o que tem se verificado pela mediação de vários recursos é um campo muito vasto de possibilidades de ação dos Observatórios, entre eles: atuação de assessorias populares; cursos de formação de lideranças; mobilizações locais e continentais como as da Via Campesina; pesquisa-ação atualizada com novas epistemologias; realização de diagnóstico rápido participativo (DRP); participação em estágios de vivência; participação acompanhada por assessoria em conselhos populares de gestão; experiências de extensão e pesquisa com cartografias sociais; oficinas de memória e de fotografia; planejamento de pesquisas de campo para provocar reações e abrir espaço de articulações através da condução de lideranças para conhecer pessoalmente e fisicamente, dentro do possível, a totalidade de grandes obras de desenvolvimento como minerodutos, gasodutos, canais de irrigação, barragens, locais atingidos por poluição decorrente de extração de minérios, etc; abertura da Universidade Pública para formação acadêmica de militantes formalizada em turmas especiais de graduação; procedimentos judiciais como audiências públicas ou através de ações judiciais coletivas acompanhadas pedagogicamente encaminhadas depois de trabalho de mobilização.

Vê-se, neste campo vasto de atuações a amplitude de possibilidades de atuação algumas características importantes: a relação de indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão na atuação juntos aos grupos sociais; a existência de situações de conflito que apontam para divergências significativas entre os interesses ligados aos setores populares e setores dominantes; a possibilidade de incidência concreta nestes conflitos a partir de uma atuação que é acadêmica-militante mas que também é teórico-científica; a ênfase no registro e sistematização destas atuações como forma de contar e recontar as narrativas que se produzem desta interação conflituosa e que tem capacidade não somente de contextualizar o presente mas de resgatar histórias de vida e de luta; o caráter eminentemente coletivo, interdisciplinar e crítico destas atuações.

Assim, pode-se dizer que os Observatórios visam a: pensar criticamente o conflito rural (e ou agrário) em suas múltiplas dimensões: quais dinâmicas caracterizam o conflito, quais os sujeitos envolvidos e em disputa no conflito, quais as possíveis definições do conflito; e atuar acadêmica e politicamente nos conflitos por meio da produção compartilhada do conhecimento, da troca de experiências e do fortalecimento de mediadores do conflito e dos sujeitos da luta.

Embora haja uma pluralidade de enfoques a depender dos campos acadêmicos envolvidos e dos sujeitos sociais em questão, apontaremos abaixo algumas bases teórico-metodológicas que tem acompanhado a trajetória de atuação de alguns Observatórios já mapeados, como forma de compartilhar impressões e ao mesmo tempo dialogar com a temática do Grupo de Trabalho que está centrado nas lutas pela terra.

3. Algumas bases teórico-metodológicas

De um ponto de vista mais macro, um dos marcos teóricos principais de acúmulo e estabelecido em conjunto com trabalhos de orientação (mestrado e doutorado) tem recebido a influência de E.P. Thompson.

Como se sabe, Thompson assume o materialismo histórico-dialético e a tradição marxista de maneira extremamente heterodoxa, dada a posição crítica que irá assumir, após 1956, acerca dos rumos da União Soviética sob domínio stalinista ou das críticas ao pensamento de Althusser que qualificou como produto do “determinismo econômico fascinado pelo idealismo teórico” (1981, p. 20). O que importa particularmente para nós neste ensaio é ressaltar o desenvolvimento do conceito de *classe* e *experiência* do autor, que nos é útil para compreensão do processo de lutas emancipatórias “desde abaixo”.

Isto porque Thompson dá ao tema da classe um tratamento diferenciado, recusando-se a entendê-la como um conceito *a priori* e trabalhando-a como categoria histórica⁴. Tal conceito recebe, pois, um reconhecimento muito diferenciado, já que o autor define que a classe pode ser analisada com base num conjunto de evidências “empiricamente observáveis” com um conteúdo histórico correspondente, mas também pode ser analisada através de uma *caracterização heurística ou analítica* para “organizar a evidência histórica” (1981, p. 34). Neste segundo caso, afirma que:

Isso vem a destacar, pois, *que classe, em seu sentido heurístico, é inseparável da noção de luta de classes. Na minha opinião, se tem prestado uma atenção teórica excessiva a “classe” e muito pouca à “luta de classes”. Na realidade, luta de classes é um conceito prévio assim como muito mais universal. As classes não existem como entidades separadas, que olham ao redor, encontram uma classe inimiga e começam logo a lutar. Pelo contrário, as pessoas se encontram em uma sociedade estruturada em modos determinados (principalmente, mas não exclusivamente, em relações de produção), experimentam a exploração (ou a necessidade de manter poder sobre os explorados), identificam pontes de interesse antagônico, começam a lutar por estas questões e no processo de luta se descobrem como classe, e chegam a conhecer este descobrimento como consciência de classe. A classe e a consciência de classe são sempre as últimas, não as primeiras, fases do processo real histórico. Todo este esqualido confusionismo que nos rodeia é consequência do erro prévio: que as classes existem, independentemente de relações e lutas históricas, e que lutam porque existem, no lugar de fazer surgir sua existência da luta* (1981, p. 37-38 - grifos nossos).

⁴ Utilizamos, aqui, indistintamente, a nossa própria tradução do espanhol do livro *Tradición, revuelta y conciencia de clase* (1981), bem como o capítulo *Algumas observações sobre classe e falsa consciência*, em *A peculiaridade dos ingleses e outros escritos* (2001).

Para tal, formula também o conceito de experiência humana (1981), no qual os fatos e acontecimentos históricos são avaliados a partir do reconhecimento dos seres humanos como produtores e produtos do “ser social” em movimento, de forma a interligar *processo e estrutura*, sem negar os determinantes objetivos:

Essa agitação, esses acontecimentos, se estão dentro do “ser social”, com frequência parecem chocar-se, lançar-se sobre, romper-se contra a consciência social existente. Propõem novos problemas e, acima de tudo, dão origem continuamente à experiência - uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento (1981, p. 15 - grifos nossos).

Desta forma, numa verdadeira inovação teórico-metodológica, ao defender que “o termo ausente” para Althusser seria exatamente a experiência humana: expressão flexível e, obviamente, conflituosa, sem deixar de ser rigorosa. Thompson afirma:

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (1981, p. 182 - grifos nossos).

Se, como ensina Thompson, estrutura e processo, base e super-estrutura, modo de produção e cultura, não são termos indissociáveis na tradição marxista, acreditamos ser possível uma aliança entre tais reflexões e o pensamento crítico latino-americano em sua vertente decolonial, na busca de uma espécie de marxismo “decolonizado”, que ressalte o lugar de fala, as necessidades e atravessamentos ligados à questão da raça, classe e gênero e nos quais a colonialidade do poder e do saber - que é constitutiva desta experiência social dos subalternizados, em especial na América Latina - seja também compreendida e problematizada (LANDER, 2005).

Por outro lado, é importante ressaltar a importância das caracterizações teórico-metodológicas ligadas à pesquisa-ação, observação participante ou investigação-ação para recordarmos Fals-Bolda. Dada a quantidade de materiais sobre esta perspectiva metodológica nos valem de uma síntese produzida pelo próprio Fals-Borda ainda em 1978, que acreditamos suficientemente profunda para nossos interesses de “provocação”:

1. El problema de la relación entre el pensar y el ser – la sensación y lo físico – se resuelve por la observación de lo material que es externo a nosotros e independiente de nuestra conciencia; y lo material incluye no sólo lo constatable de la naturaleza sino también las condiciones fundamentales primarias, de la existencia humana.
2. El problema de la formación y reducción del conocimiento no se resuelve diferenciando los fenómenos de las cosas –en- sí, sino planteando la diferencia

entre lo que es conocido y lo que todavía no se conoce. Todo conocimiento es inacabado y variable y queda sujeto, por lo mismo al razonamiento dialéctico; nace de la ignorancia, en un esfuerzo por reducirla y llegar a ser más completo y exacto.

3. El problema de la relación entre el pensar y el actuar se resuelve reconociendo una actividad real de las cosas a la cual sólo se adviene por la práctica que, en este sentido, es anterior a la reflexión; allí se demuestra la objetiva, que es la materia en movimiento.

4. El problema de la relación entre forma y contenido se resuelve planteado la posibilidad de superar su indiferencia por la práctica y no sólo por el comportamiento intuitivo o contemplativo; toda cosa se da como un complejo inextricable de forma y contenido, de allí que la teoría no pueda separarse de la práctica, ni le sujeto del objeto (FALS-BORDA, 1978, p. 03).

Em geral, portanto, os marcos da teoria crítica e da pesquisa-ação acompanha as trajetórias dos Observatórios até aqui, entendida também como um "[...] um tipo de pesquisa com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo" (THIOLLENT, 1985, p. 14).

O método de abordagem será essencialmente dialético – que penetra o mundo dos fenômenos por meio de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade. Toda verdade para o método dialético é uma “verdade-processo”, que assume as configurações históricas enquanto componentes materiais condicionantes da própria atividade científica. Por isso, é possível afirmar, nesta esteira de argumentação, que a tese fundamental da dialética é a da “especificidade histórica da vida humana: nada existe totalmente dado, eterno, fixo e absoluto. Portanto, não há nem idéias, nem instituições e nem categorias estáticas” (MINAYO, 2008, p. 111).

Dada a centralidade dos conflitos sociambientais e da questão agrária no Brasil no âmbito dos Observatórios Fundiários e/ou Territoriais, toda a complexidade da matriz fundiária e as contradições a ela inerentes são incorporadas, buscando, inclusive atualizar estas referências para abarcar a heterogeneidade constitutiva da realidade agrária nacional. Neste sentido, cabe pensar na própria situação de concentração fundiária e o descumprimento da função socioambiental da terra como elementos importantes, somados à existência de territorialidades e modelos de sociedade que se conflituam e movem os atores e atrizes sociais para as lutas.

Inicialmente, cabe assinalar uma metáfora utilizada pelo Prof. Carlos Frederico Marés, quando se refere ao direito brasileiro como um conjunto de fotografias. O autor relata que nestas imagens alguns personagens “aparecem com uma nitidez quase irritante, enquanto o resto, que forma o fundo, está intencionalmente fora de foco. Os personagens principais são sempre a propriedade privada, especialmente da terra, e o contrato de compra e venda” (MARÉS, 2011, p. 11 In: ESCRIVÃO FILHO, 2011). Continua o autor, retratando que as outras partes da imagem só poderão ser observadas adequadamente utilizando de técnicas muito especiais, afinal, como a fotografia do direito de propriedade privada da terra é sempre muito nítida, certamente poder-se-iam ver outros institutos jurídicos, mas sempre fora de foco, escondidos, manchados, como a desapropriação ou a própria função social e também o conceito de território:

Os contornos jurídicos da propriedade privada da terra parecem absolutamente nítidos e sem jaça quando olhados com a velha ideologia proprietária, mas se focarmos melhor as manchas que o circundam com análise não só crítica, mas também emancipatória, então se pode ver que a velha ideologia proprietária não é capaz de explicar o sistema e, para manter o conceito arcaico, usa apenas o poder que realmente tem: político, econômico, policial e penal (MARÉS, 2011, p. 11 In: ESCRIVÃO FILHO, 2011).

Desta forma, um dos objetivos dos Observatórios é justamente também efetuar uma leitura desta “fotografia jurídica” a partir das lentes adequadas, visando não só desnudar as questões tecnico-jurídicas que são utilizadas na proteção do direito de propriedade, seja no âmbito rural/urbano, fundiário e ambiental, seja na observação e diagnóstico desses elementos mais amplos que conformam o sistema jurídico: a questão agrária e as lutas por terra e território.

Neste cenário, portanto, a “modernização” do campo brasileiro é compreendida ocultando o caráter concentrador e expropriatório próprio do agronegócio, como aponta Bernardo Mançano Fernandes: “Se o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade” (FERNANDES, 2008, p. 65). Em contraponto a esse modelo, a Professora Maria Nazareth Wanderley afirma a possibilidade de conceber o espaço rural como um “espaço físico diferenciado” e como “lugar de vida”:

Em primeiro lugar, [o espaço rural] enquanto um espaço físico diferenciado. Faz-se, aqui, referência à construção social do espaço rural, resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como a água, da conservação e uso social das paisagens naturais e construídas e das relações campo-cidade. Em segundo lugar, enquanto um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência “identitária”) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional) (WANDERLEY, 2001, p. 03).

Dada uma situação de desigualdade estrutural e jurídica também corresponde uma situação de resistência e luta. As questões sociais derivadas do contexto agrário nacional ajudam a explicar tanto o processo de exclusão quanto as reivindicações derivadas dos movimentos sociais de luta pela terra e para além da terra.

Por isso vimos sempre trabalhando a noção de território, para caracterizar não somente uma “dimensão físico-geográfica” mas também um espaço político e cultural por excelência, no qual “se realizam determinadas relações sociais” (FERNANDES, 2008, p. 53). O território, portanto, é um espaço de reprodução física, cultural e simbólica⁵ que se confronta, dada uma determinada estrutura social e política, com outros territórios, a depender das relações de poder que se estabelecem.

5 Nesse sentido, é que se pode falar em territórios quilombolas ou indígenas, além do território camponês. É também nesse sentido que o art. 3º, II do Decreto nº 6.040/2007 define território como “os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária”.

Em suma, esse processo agrega três faces importantes, a título de conclusão: primeiramente, é preciso romper com qualquer concepção dicotômica da realidade que separa o rural e o urbano, pois estes dois espaços não possuem fronteiras rígidas (interagem cotidianamente), embora não percam, por isso, as suas especificidades e identidades; em segundo lugar, as lutas dos movimentos sociais não se restringem às lutas pela propriedade fundiária e pela a manutenção de “valores camponeses tradicionais”, mas ultrapassam-na, pois são lutas pela libertação e emancipação humanas, incluindo demandas por saúde, acesso à justiça, assistência técnica, educação, cultura – direitos humanos, enfim; por fim, é preciso conceber a importância da terra/território como *meio* de trabalho (ontologicamente considerado), possibilitando a construção de identidades e de cidadania no campo. É a partir destas reflexões que se pode falar em *recriação* ou *reinvenção* do campo (SAUER, 2010, p. 35-44), justamente vinculado aqui a centralidade do processo de luta, a questão dos conflitos derivados da nossa matriz fundiária - urbana e rural e a perspectiva de atuação concreta que interliga ensino-pesquisa-extensão enquanto tarefa primordial dos sujeitos sociais ligados à Academia em parceria com os movimentos sociais organizados e/ou grupos sociais subalternizados. Estes são alguns dos suportes teórico-metodológicos iniciais a que estamos submetidos.

3. O que já temos? Relato das últimas experiências de articulação de uma Rede de Observatórios

A tentativa de criação de tal espaço de discussão já vem sendo almejada a algum tempo. Pesquisadores ligados ao Observatório Fundiário Fluminense, ao Observatório Fundiário e Ambiental da Paraíba, Observatório Fundiário Goiano, Observatório de Conflitos Rurais de São Paulo, Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza (UCSAL), Observatório de Conflitos do Campo do Espírito Santo, entre outras entidades, desde 2016 planejam a consolidação de uma rede de observatórios, visando a integração entre pesquisa e mudança social como instrumentos do combate a desigualdades sociais pela crítica e participação social.

Mais recentemente, como parte de uma agenda de encontros, realizou-se em Feira de Santana mais uma Oficina intitulada *DISCUTINDO A CONSOLIDAÇÃO DE UMA REDE LATINO-AMERICANA DE OBSERVATÓRIOS DE CONFLITOS AGRÁRIO-AMBIENTAIS*, durante a XI Feira do Semiárido e o II Congresso Internacional de Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local: como trabalhar e produzir na contramão do empreendedorismo?, na Universidade Estadual de Feira de Santana, e contou com a participação de estudantes e professores da UEFS, UFF, UCSAL, UFBA, UNEB, IFBA e da Universidad de Humanismo Cristiano/Chile. Neste encontro, foram feitas algumas articulações importantes e uma análise de conjuntura sobre a questão agrária e os conflitos agrários e ambientais a partir das trajetórias dos sujeitos e dos grupos participantes.

A ideia de construção de uma Rede iniciou a partir da necessidade de transformar o Observatório Fundiário Fluminense em um espaço vivo no momento em que este OBF foi impactado pelas mudanças estruturais ocorridas na Universidade Federal Fluminense, que decorreram, dentre outros, na reorganização e redistribuição de salas, com impacto direto na continuidade do OBFF, enquanto espaço físico para realização de encontros, reuniões e manutenção e guarda do acervo que foi construído ao longo de mais de duas

décadas – livros, revistas, cartazes, vídeos, relatórios de pesquisa e documentos diversos sobre a questão agrária. Desse fato, a partir da necessidade de transferência do acervo para o OBF da UFG, começam os primeiros contornos em torno de uma proposta de consolidação de Rede, que possa organizar e potencializar as experiências existentes, como também favorecer a construção de novos observatórios como se pretende fazer na Bahia.

Em diálogo com outros observatórios fundiários, esta proposta de construção de uma “rede latinoamericana” se apresenta como uma resposta estratégica que possa uniformizar, minimamente, os trabalhos, os projetos e iniciativas que estão ocorrendo em diversos lugares. Unir o rural, o agrário e o ambiental com uma dimensão de rede que tenha abrangência na América Latina. Esse tipo de iniciativa adquire uma grande importância, especialmente, na atual conjuntura de expropriação e aumento da violência contra segmentos sociais subalternizados.

Nesse primeiro encontro, ocorrido na UEFS, os participantes encaminharam algumas propostas e expuseram ideias embrionárias de como poderia ser desenhada e organizada a Rede. Como forma de reunir as experiências através de uma língua comum, foi sugerido que estabelecêssemos um recorte para organização e sistematização de registros sobre os impactos e os conflitos, que pode ser feito através de descritores – pelos biomas, pelas questões agroambientais, por exemplo: os gerais e o padrão do impacto do capital sobre essas áreas; Rio São Francisco e o caminho das águas, considerando que do ponto de vista do capital a estratégia de apropriação da natureza segue um determinado curso que difere da lógica dos atingidos pelas grandes obras.

Essas e outras propostas serão desenhadas, de uma maneira interdisciplinar e coletiva, a cada novo encontro da Rede, que coincidirá com a participação dos interessados em eventos nacionais e internacionais, de caráter acadêmico e político. Foi apresentada uma agenda de eventos para o segundo semestre de 2018, que inclui: o Seminário Final da Turma de Direito do PRONERA/UEFS; este VIII Simpósio Reforma Agrária e Questões Rurais, em Araraquara; Seminario Taller Latinoamericano “Saberes diversos hacia un abordaje complejo de las transformaciones territoriales”, em Santiago del Estero - Argentina; Encontro da Rede de Estudos Rurais, em Florianópolis, Santa Catarina; Encontro de Ciências Sociais e Barragens, em Santiago, Chile; Curso CPT - Formação de agentes em situação de conflitos, em Bahia e Pernambuco; VIII Encontro da Rede de Pesquisa Empírica em Direito, em Juiz de Fora, Minas Gerais. Para 2019, já estão previstos: III Simpósio Baiano de Geografia Agrária, em Barreiras, Bahia; SINGA, Recife, Pernambuco.

Na rodada de apresentação dos participantes neste primeiro encontro, seus vínculos, interesses de pesquisa e campos de atuação ficou perceptível a diversidade de formação e a capilaridade e importância de projetos com caráter acadêmico e militante, que já são desenvolvidos pelos participantes, a exemplo dos trabalhos de pesquisa sobre: sindicalismo e questões agroambientais em situações de conflito; trabalho escravo; economia popular e solidária; advocacia popular em conflitos fundiários urbanos e rurais; Comissão da Verdade; direitos humanos; reforma agrária e concentração fundiária; educação do campo; comunidades tradicionais; comunidades quilombolas.

Além disso, foram relatados alguns trabalhos de extensão e assessoria, particularmente: i) no território da Chapada Diamantina junto com o MST, com comunidades tradicionais, relacionados aos conflitos do campo e a relação campo-cidade

em escala, que é uma categoria importante para Geografia na compreensão dos fenômenos do global ao Nacional; ii) no assessoramento jurídico aos trabalhadores rurais; iii) nos trabalhos do grupo PET Engenharias/UEFS nos municípios de Itiúba, Quixabeira, Caém, Água Fria, Euclides da Cunha, Monte Santo, com comunidades tradicionais, acampamentos sem terra, grupos de agricultores familiares, que tenta reduzir a distância entre a Engenharia e a transformação social quando estudantes são desafiados a refletirem sobre certos bloqueios que não são evidentes para todos a respeito da adequação das iniciativas populares às exigências técnicas e do sanitarismo para conseguirem produzir e comercializar seus produtos; iii) na assessoria jurídica popular aos trabalhadores rurais em situação de conflito possessórios; iv) assessoramento de ocupações urbanas; v) assessoramento de grupos a partir dos princípios da economia popular e solidária.

Tabela 1: Relação dos participantes do I Encontro da Rede Latino-americana de observatórios de conflitos agrário- ambientais.

Nome	Qualificação	Instituição/Organização
Paulo Rosa Torres	professor do curso de Direito	UEFS/AATR
Ana Maria Motta Ribeiro	socióloga, professor do programa de pós-graduação em Sociologia e Direito	UFF/OBFF
Guiomar Inez Germani	professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia	UFBA/GEOGRAFAR
Janeide Bispo dos Santos	professor do curso de Geografia (Serrinha)	UNEB/GEOGRAFAR
Henrique Oliveira de Andrade	geógrafo e professor	IFBA/Núcleo de Agroecologia
Bruna Brito dos Santos	estudante Geografia	UEFS
Nivea Oliveira Santos	estudante Geografia	UEFS
Benicio Abel da Silva Andrade	estudante Geografia	UEFS
Emmanuel Oguri Freitas	professor do curso de Direito	UEFS/OBFF
Pablo Rodrigo Fica Piras	engenheiro e professor dos cursos de Engenharia	UEFS/PET Engenharias
José Roberto Silva de Souza	estudante Direito (PRONERA), filho de assentado, MST (Mato Grosso)	UEFS
Maria José Andrade de Souza	professora do curso de Direito	UEFS/AATR
Carla Apolinário Castro	professora do curso de Direito (Volta Redonda)	UFF
Flávia Almeida Pita	professora do curso de Direito	UEFS/IEPS
Raúl González Meyer	professor de Sociologia	UHC (Chile)

A partir das apresentações evidenciou-se o potencial de consolidação de um Observatório Fundiário no estado da Bahia. No encontro, professores e estudantes da UEFS, UNEB, UFBA, IFBA e UCSAL expuseram os projetos que desenvolvem e outras iniciativas que são desenvolvidas que podem se somar a esta proposta. Os integrantes da UEFS destacaram a importância de dialogarmos com alguns grupos nesta Universidade, a exemplo do “Repensar Feira”, que vem se construindo como um observatório da cidade; do Laboratório de História e Memória das Esquerdas e das Lutas Sociais – LABELU; do LEGADIA (Grupo de Pesquisa em Economia), coordenado pelo professor Sílvio Humberto, que desenvolve estudos sobre a questão do trabalho livre e escravo.

Na Bahia, é preciso destacar a parceria e diálogos que estão sendo feitos com o Grupo “Desenvolvimento, Sociedade e Natureza” (DSN/UCSAL), coordenado pela professora Cristina Alencar; e com o GEOGRAFAR/UFBA, coordenado pela professora Guiomar Germani. Essas e outras iniciativas podem ser reunidas num projeto de OBF baiano, no sentido de dar visibilidade às diversas experiências da academia, dos movimentos sociais, organizações e entidades que atuam na questão agrária baiana a partir de uma articulação capaz de sistematizar e organizar uma base para a resistência.

Nesse sentido, é importante destacar o trabalho que vem sendo desenvolvido há mais de duas décadas pelo GEOGRAFAR, UFBA, que é um dos grupos parceiros para consolidação da Rede e construção de um Observatório Fundiário na Bahia. O Geografar - que é uma sigla e um verbo - é um grupo que existe desde 1996, ano marcado pelo Massacre de Eldorado dos Carajás, e tem como escala de atuação a Bahia. Começou a partir de um projeto financiado pelo CNPq que tinha por objetivo tentar entender a produção do espaço agrário baiano, a grande conflitualidade que marca esse espaço e de que maneira a atuação do Estado e a atuação dos movimentos sociais interferem na produção desse espaço. O grupo tem construído um Banco de Dados sobre reforma agrária – assentamentos, cédula da terra -, a questão agrária, os conflitos socioterritoriais. O Banco de Dados é alimentado com dados oficiais e os trabalhos de pesquisa. O GEOGRAFAR também faz a guarda do acervo de Antonio Dias e Eli Estrela. Além disso, realiza mapeamento de cenários de luta na terra empreendidas pelas comunidades tradicionais. Inventário de energias: barragens na Bahia, ampliado para eólica e solar. A metodologia de trabalho articula ensino, pesquisa e extensão com o entendimento de que teoria e empiria caminham juntas no processo.

Para se tornar um projeto e um coletivo de referência na questão agrária baiana, o GEOGRAFAR, ao longo de sua atuação, vem desenvolvendo trabalhos que se destacam pelas parcerias e importância para a luta dos grupos e setores subalternizados da sociedade, a exemplo, da parceria com a Associação de Advogados e Advogadas de Trabalhadores/as Rurais da Bahia – AATR, no enfrentamento da questão do trabalho escravo (AATR). As pesquisas revelam que os municípios baianos são lugares que exportam mão-de-obra para as relações de trabalho análoga à escravidão. Além disso, o GEOGRAFAR tem feito uma pesquisa ao longo dos últimos anos sobre as terras devolutas na Bahia, que tenta apresentar o caminho tortuoso para se tentar entender a questão dessas terras no estado e da apropriação privada do território baiano. Estima-se que 50% das terras da Bahia sejam devolutas. O problema das terras devolutas se agrava pelo fato de que a definição sobre sua dominialidade vem sendo feita através dos consórcios municipais.

O grupo também realiza o mapeamento georreferenciado das comunidades quilombolas da Bahia certificadas pela Fundação Cultural Palmares e das comunidades de fundos e fechos de pasto da Bahia, que é fruto de uma parceria entre a Universidade e articulação de comunidades de fundos e fechos de pasto. Sobre esse ponto, a Lei 12.910/2013, que regula as terras das comunidades, coloca um marco temporal para que sejam regularizadas as áreas de comunidades que tenham se reconhecido até 31.12.2018. O GEOGRAFAR vem elaborando um parecer técnico sobre o descompromisso do estado em relação a essas comunidades com intenção clara de extingui-las na lei.

Sobre a questão agrária baiana, ainda foi destacado o problema do minifúndio na Bahia. Os dados de 2006, na Bahia, sobre a concentração fundiária indicavam que: até 50ha. 86,70% dos estabelecimentos estavam abaixo do tamanho do módulo rural e representavam 21% da área; acima de 2.500ha - 0,14% dos estabelecimentos e 23,74% da área. Para ser exemplificativo, em Serrinha, município localizado na região do sisal, a maioria da população vive com menos de cinco hectares, ou seja, só tem 10% do módulo rural. A dimensão da questão agrária baiana remete à necessidade de se pensar o território articulado: terra e água. Os grandes projetos negam a existência das comunidades.

Após constatar que a natureza dos conflitos agrários em diferentes locais da América Latina é semelhante, porque semelhantes são as formas de apropriação dos meios produção que o capitalismo dita, Raúl Gonzalez Meyer, professor da Universidad de Humanismo Cristiano/Chile apontou para a pertinência da iniciativa de criar uma rede com este foco e lembrou tanto que a construção social da realidade não é feita somente pelos poderosos, quanto que os grupos subalternizados e excluídos não são uma massa homogênea, nos seus aspectos culturais e materiais de subsistência/existência. Falou sobre a experiência do Núcleo de Investigación y Docencia en Ambiente y Sociedad – NIDAS, que desenvolve trabalhos e pesquisas em conflitos ambientais/socioambientais a partir de uma vinculação com os atores envolvidos no conflito, em particular ao lado dos grupos subalternizados, a exemplo dos pescadores e recoletores de algas. O Núcleo é vinculado à Universidad Academia de Humanismo Cristiano, uma universidade privada que atualmente tem cerca de 4.500 estudantes, instituição gestada em tempos em que a Igreja Católica chilena tornou-se um bastião de defesa dos direitos humanos, no começo da Ditadura que governou o país, entre 1973 e 1989. Expôs algumas experiências da universidade a que está vinculado, bem como a forma como organizam as cátedras no Instituto de Humanidades: Direitos Humanos, Gênero, História Social, Razão e Subjetividade, Comunidade, Economia, Sociedade e Natureza. Relatou que as abordagens incluem debates transdisciplinares em estudos latino-americanos. Ao final, levantou algumas questões para reflexão: como a conceituação e delimitação da ideia de observatório e de conflito socioambiental, entendendo que o estabelecimento de linha demarcatória é parte do caminho.

5. Conclusões inconclusas: o caminho se faz caminhando

A intenção maior será a criação de um ambiente aberto para a construção de uma definição melhor elaborada quanto à rede e que todos os presentes possam construir e definir sua operacionalização, a partir das experiências concretas de cada grupo representado para poder depois partilhar os modos de produção de seu trabalho até que

cheguemos juntos a uma proposta quanto a essa articulação em forma de rede de Observatórios (e outros afins), desde o Brasil até a América Latina, sempre reconhecendo como parceiras as concepções de sociedade e de ciência que direcionam os fenômenos observados e analisados dentro e fora da academia, no sentido de se ampliarem as condições de se propiciar melhores formas de se “dar voz” aos invisibilizados e silenciados sociais. Naturalmente dentro de um campo de conhecimento com centralidade nas concepções científicas e em movimento dinâmico sobre territorialidades e conflituosidades rurais e sobre as diferentes formas de apropriação da natureza atualmente em curso e organizadas por interesses do capital internacional.

Deste modo a chave da proposta será a de partir de nossas experiências e angústias para tentar ver o que seria possível partilhar para aprender e para conseguir articular entre si e na sociedade a ação social desses agentes que se movimentam isolados ou em grupo e que aparecem no decorrer desses processos a contrapelo (situações de conflito rurais e periféricos). A expectativa é a de que possamos partir do que já fazemos e seguir trocando saberes até chegar a modos e momentos de invenção criativa que permitam fazer aparecer certas territorialidades rebeldes e gestões no universo dos Comuns que já existem. E para pensar em que medida nosso trabalho acadêmico de pesquisa, ensino e extensão ou de assessoria pode ver e reconhecer, teórica e empiricamente, essas novas e populares alternativas concepções de Estado, de Direito e de sociabilidade que já estão sendo produzidas pelos subalternizados – os eternamente rejeitados pelos governos e elites consorciadas as quais se apresentam como as pretensas formuladoras de ideias particulares revestidas de pensamento universal chanceladas pelas mídias que também decidem assegurar suas identidades como única versão naturalizada na formação viva de processos de luta coletiva. Os pobres, pretos, indígenas, caiçaras, comunais, atingidos por barragens ou cercamentos de terra ou água... são os silenciados que nesta proposta precisam gritar.

A ideia, na verdade, é a de começar sem uma formatação dada para se pensar de modo partilhado e dentro de cada experiência igualmente considerada e sem uma direção intelectual e política já estabelecida, sem uma diretriz para a definição da rede e de seus propósitos e alcances, de modo a que se possa fazer e decidir juntos e coletivamente o modo melhor de a realização dessa *Rede de Observatórios e Laboratórios fundiários e territoriais rurais em situação de conflito no Brasil e na América Latina* que até hoje andaram desconectados, mas que articulados poderão chegar a formar uma outra e nova forma de trabalho e assessoria popular.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm>.

FALS-BORDA, Orlando. Por la praxis: el problema de cómo investigar la realidad para transformarla. Bogotá: FUNDABCO, 1978. Disponível em <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000411.pdf>>.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Ver especialmente o Prefácio.

FERNANDES, Bernardo Mançano (et al.). **Educação do campo: campo, políticas públicas, educação**. Brasília: INCRA, 2008.

LANDER, E. (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-Americanas**. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MARÉS, Carlos Frederico. Prefácio: Uma hermenêutica para a dignidade humana. In: ESCRIVÃO FILHO, Antônio. **Uma hermenêutica para o programa constitucional do trabalho rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 11ª ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

SAUER, Sérgio. **Terra e modernidade. A reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

THOMPSON, E. P. **Algumas observações sobre classe e falsa consciência**. In: NEGRO, A. L. e SILVA, S. (org.). E. P. Thompson. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Unicamp, 2001.

_____. **A miseria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Tradicion, Revuelta y Consciencia de classe**. Barcelona: Critica, 1979.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural**. Buenos Aires: CLACSO, 2001. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>.